



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

CONSELHO MUNICIPAL

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CMDCA

ATA n° 69

REUNIÃO ORDINÁRIA

Joinville, 18/06/2020

No décimo oitavo dia de junho de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, com base na Casa dos Conselhos, à Rua Afonso Pena, 840, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA, virtualmente, por meio do Skype, no endereço na internet <https://join.skype.com/th7EBCgRWVtR>, em atendimento à convocação do Presidente Deyvid Inácio Espindola Luz, no uso de suas atribuições legais, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Saudações e contagem de quórum; **2)** Leitura da Convocação; **3)** Definição da Comissão Eleitoral Fórum da Sociedade Civil e outras providências; **4)** Necessidade de alteração da Resolução 06/2020: **4.1)** III Congresso Internacional: Novas abordagens e Saúde Mental Infante Juvenil, Ata 65 (Reunião Extraordinária 18/02), item 3i - da Ata 66 (Reunião Ordinária 12/3) - Previsão do evento: do dia evento 22/08 9h 23/08 17h30; **4.2)** Esclarecer Assembleia Geral Ordinária no Movimento Nacional ODS-SC; **4.3)** Possibilidade de liberação de transporte rodoviário; **4.4)** Aprovação de liberação de diária ida e volta para motorista, ou pagamento de transporte rodoviário (se houver liberação); **5)** Apresentação Atividades dos Conselhos Tutelares durante a Pandemia; **6)** Momento dos Conselhos Tutelares / Apresentação da Nova Metodologia de Atendimento (Of. 18/2020 - CTs 1, 2, 3); **7)** CONANDA - Nota Pública sobre o dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil; **8)** Momento das Câmaras Setoriais: **8.1)** Normas; **8.2)** Políticas Básicas; **8.3)** Articulação c/ CT; **8.4)** FIA; **8.5)** Formação Continuada; **8.6)** Legislação; **8.7)** Criança e Adolescente; **8.8)** Legislação. **1)** Assim que confirmado o quórum, o Presidente deu início à reunião agradecendo pela participação dos conselheiros e convidados. **2)** Após a Leitura da Convocação, **3)** o Presidente Deyvid informou que é necessário definir a Comissão Eleitoral do Fórum da Sociedade Civil. O Presidente disse que os quatro representantes da Sociedade Civil Organizada que já estão no segundo mandato consecutivo, e portanto não poderão participar desse processo de escolha, foram consultados e colocaram-se à disposição para formar essa comissão. São eles: Ana Valentina Dantas dos Santos, Claudia Mary Dreher, Evelise Maria Junkes Buzzi e Nilson Vanderlei Weirich. A conselheira Evelise, inclusive, manifestou interesse em coordenar a comissão, informou o Presidente. Deyvid perguntou aos conselheiros se mais algum representante da sociedade civil tem interesse em participar da comissão, ciente da implicação em não poder participar das eleições para o próximo mandato do CMDCA, mas não houve manifestação. Assim sendo, Deyvid submeteu ao Plenário os nomes citados para formar a Comissão Eleitoral do Fórum

da Sociedade Civil, que foram aprovados por unanimidade. Da mesma forma, o plenário aprovou por unanimidade o nome da conselheira Evelise Buzzi para coordenar os trabalhos da Comissão Eleitoral do Fórum da Sociedade Civil. **4)** Em seguida, o Presidente Deyvid tratou da necessidade de alteração da Resolução 06/2020, por conta do adiamento de eventos. **4.1)** O “III Congresso Internacional: Novas abordagens e Saúde Mental Infanto Juvenil”, tratado na Ata 65, da Reunião Extraordinária do CMDCA em 18/02/2020 e no item 3i da Ata 66, Reunião Ordinária realizada em 12/03/2020, por conta da pandemia do Coronavírus, foi adiado para os dias 22 e 23/08/2020 – com início às 09:00h de sábado e término às 17:30h de domingo. Levando em consideração que ainda não se pode ter certeza do fim da pandemia até essa data e a incerteza sobre a realização do evento, bem como, que se o evento ocorrer de forma virtual não será validada diária, além do fato de que se o evento for prorrogado novamente poderá ultrapassar o mandato de algum conselheiro, o Presidente Deyvid pediu a devolução do valor pago a título de inscrição, e os demais iriam formalizar o mesmo pedido junto a empresa que promove o evento; **4.2)** O Presidente Deyvid informou que a Assembleia Geral Ordinária no Movimento Nacional ODS-SC, cuja realização também foi cancelada por conta da pandemia, não temos notícia de nova data para ocorrer; **4.3)** Caso o Congresso constante no item 4.1 desta ata venha ocorrer, em votação o Plenário aprovou a liberação de transporte rodoviário, se for o caso; **4.4)** Alternativamente, e da mesma forma, caso o evento venha a acontecer, se for o caso de que os participantes vão com motorista da prefeitura, em votação, o Plenário do CMDCA aprovou, por unanimidade, a liberação de diária para ida e volta do motorista. O conselheiro Thiago manifestou interesse em participar do evento, caso ocorra, e, nesse caso, a Secretaria Executiva verificará se haverá, no evento, acessibilidade em libras, mas o Presidente esclareceu que a ida de intérprete de Joinville para o evento não poderia ser custeada pelo município nem pelo FIA. Quando a organizadora responder ao questionamento, o tema será novamente trazido para discussão. O conselheiro Thiago disse que verificará essa questão com conhecidos em Florianópolis, local do evento. Assim sendo, por unanimidade o Plenário aprovou que, em sendo confirmada a desistência de participação pelos Conselheiros Deyvid, Nádia, Maria Eugêncina e Gisele (CT), a Resolução que refere ao tema será revogada, caso contrário, em sendo confirmada a realização do evento, nova resolução será expedida com as adaptações necessárias e com prévia aprovação de conselheiros participantes em substituição. **5)** Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente passou a palavra ao conselheiro tutelar Cristóvão Petry, para a apresentação das atividades dos Conselhos Tutelares durante a Pandemia. Cristóvão explicou que o período da apresentação é do dia 20/03/2020 a 29/05/2020, em que os CTs trabalharam a portas fechadas. A partir do dia 14 começaram a ter sempre um conselheiro na sede, que atendia a todas as ligações e ocorrências também. Mais recentemente, a partir do dia primeiro de junho, foram abertas as portas do Conselho Tutelar, atendendo todas as normas, com máscaras, álcool gel, distanciamento, com agendamento e entrada de número limitado de pessoas na recepção, e estamos todos os conselheiros atendendo na sede. Por isso o relatório vai até o dia vinte e nove de maio. Nesse período, conforme a planilha utilizada, foram abertos e distribuídos 296 casos novos, 393 casos foram encerrados e 378 casos foram encerrados como orientação, nos três conselhos tutelares. No Sípia, foram registradas 232 denúncias, 234 atendimentos com aplicação de medida e 69 registros de informação. Petry esclareceu que nem todas as denúncias apresentadas são registradas no SIPIA como denúncia, podem constar direto no atendimento. Sobre o Apoia, no Sisgesc, dos 2.421 registros, ainda há 1957 registros abertos, ou seja, conseguiram diminuir 464 registros. Petry lembrou que mais de mil Apoias do Sisgesc não estavam registrados no Conselho Tutelar. Dos casos que conseguiram finalizar, a maioria é de jovens que já completarem 18 anos, e boa parte é fruto de um cruzamento de informações com a Secretaria de Educação e com a Gered, que informaram quais alunos voltaram a frequentar as aulas. Mas tem um número alto remanescente, porque como agora as escolas não tem aulas presenciais, é difícil verificar quais alunos estão participando das aulas ou não. Os conselheiros tutelares estão se empenhando em fazer com que os registros do Sisgesc também estejam registrados no Conselho Tutelar, disse Petry. Nesse período de pandemia, acrescentou, o Apoia está suspenso, e estão trabalhando com os dados que já tinham antes deste período. Os conselheiros dirimiram dúvidas durante a apresentação, e o conselheiro tutelar Willians Odia esclareceu que alguns casos do apoia não foram ainda resolvidos também por conta da pandemia, posto as notificações não estão sendo feitas, e também por conta de outras demandas, como de acolhimento e outras. O Presidente Deyvid ressaltou que a região do Conselho Tutelar 3 tem menor número de casos de Apoia, e sugeriu verificar quais práticas nas escolas da área podem estar sendo utilizadas e que podem servir de exemplo e ser estendidas para outras áreas do município, tanto em nível municipal quanto estadual. O conselheiro Elton Hildebrand disse que muitas vezes depende da escola fazer essa busca. Algumas abrem o Apoia se o aluno falta dois dias seguidos, por exemplo. A busca ativa é bem intensa e rápida. Petry disse que estão trabalhando com a 17ª Promotoria para fechar esses apoias, pois sabem que os números não são reais, muitas escolas não comunicam quando o aluno volta a frequentar, e muitos

alunos mudaram de cidade. O Presidente Deyvid perguntou à Camila, assistente da 17ª Promotoria de Justiça se é possível trabalhar no sentido de expedir uma Recomendação às escolas a necessidade de comunicar ao Conselho Tutelar sempre que houver o retorno dos alunos, para fechar o mais breve possível esses casos, e ela disse que é possível sim, dependendo da análise da Promotora de Justiça, fazer a articulação com as escolas sobre isso e um alinhamento de procedimentos. Camila também explicou que há alguns casos que eles nem conseguem encerrar, porque estão vinculados a outra comarca, por exemplo. A conselheira tutelar Cristiana Fernandes lembrou que, para poder fechar o Apoia, é necessário que haja informações do que foi feito pela escola antes de abrir o Apoia, e essas informações raramente constam no processo, o que dificulta muito o trabalho de encerramento, também. Finalizando, Petry apresentou os tipos de denúncia que entraram nesse período, ressaltando a questão da negligência e da violência, que tem aumentado, tanto física quanto psicológica e sexual. Petry chamou a atenção para o número de denúncias de violação física e psicológica devido ao excesso de atividades escolares, sobre o que o Conselho Tutelar já chamou uma reunião com as secretarias para tratar dessa situação. Há um desgaste emocional muito grande dos pais e dos alunos, porque cada professor passa uma atividade por dia para as crianças. Há também denúncias quanto ao fato de alunos não buscarem as atividades para fazer – algumas escolas tem ligado para o CT dizendo que o número é muito grande de alunos que não estão fazendo as atividades ou que não estão buscando. Só uma escola reportou que 90 alunos estão nessa situação. A conselheira Claudia Mary Dreher disse que a fala do conselheiro tutelar Petry bate muito com o material do Conanda, enviado ao CMDCA e a todos os conselheiros. O Conanda informa o percentual do índice de educação dos pais e a dificuldade do poder público de ensinar esses filhos devido à baixa escolaridade dos pais. Cinco milhões de crianças no Brasil não tem acesso à internet, banda larga, computador etc. Claudia disse que, provavelmente, não é o caso de Joinville, que é uma cidade muito rica. Ela informou que está em contato com a Fiesc com relação aos programas de responsabilidade social e a questão do edital do FIA, é necessário e urgente nessa pandemia fazer esse levantamento. Inclusive há o problema do excesso de internet, que está causando insônia e ansiedade, e seria muito bom se conseguíssemos levantar esses e outros dados na cidade de Joinville, pra que possamos trabalhar uma conexão entre esses programas e o edital do FIA com essa demanda pandêmica, pois isso é muito grave. Há uma possibilidade, disse ela, de que as aulas continuem online até o final do ano, e cabe a nós um movimento do Conselho da Criança e do Adolescente em parceria com a Secretaria da Educação e a Gered, para acompanhar isso organizando e observando os dados para fazer as ações, a exemplo do Prefeito de Florianópolis. Para Claudia, é importante que agora todas as câmaras setoriais do CMDCA auxiliem o Conselho Tutelar com esses dados, junto à Secretaria da Educação, porque isso é muito importante para o futuro da nossa geração. E os casos de violência também, essa questão é muito grave, e precisamos pensar no que fazer para prevenir, porque se não fizermos nada, imagine o quanto vai aumentar até o final do ano esse excesso de agressão em casa, pais ficando nervosos, e também tem escolas que só estão mandando tarefas, não estão dando aulas online. O Presidente Deyvid destacou a importância do tema durante o contexto atual, e complementarmente disse que o documento que veio do Conanda, Ofício Circular do CEDCA, 005/2020, que encaminhou a “Manifestação do Conanda sobre o Direito à Educação de Crianças e Adolescentes Durante a Pandemia do Covid-19”, documento extenso, cuja conclusão o Presidente leu na íntegra: “o Conanda destaca que: crianças e adolescentes devem ter seu direito à educação de qualidade garantido com absoluta prioridade; o direito à alimentação escolar deve ser assegurado a toda criança e todo adolescente matriculados na rede pública de ensino, seja por meio de entrega em domicílio ou por outra medida hábil; soluções educacionais devem considerar peculiaridades de crianças e adolescentes em situação de especial vulnerabilidade, especialmente estudantes em acolhimento institucional; em cumprimento de medidas socioeducativas, com deficiência, indígenas, de povos e comunidades tradicionais, e migrantes; o ensino domiciliar é atualmente proibido pela legislação vigente e qualquer alteração legal deve envolver amplo debate prévio; o uso de educação à distância deve estar atento a limitações a tempo de tela e à proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes; é fundamental reconhecer as desigualdades estruturais do país, inclusive no acesso à internet e infraestrutura domiciliar, o que deve ser considerado nas soluções e medidas tomadas, inclusive no tocante à necessidade inegável de adiamento do ENEM e outros exames nacionais, a fim de não ampliar e aprofundar assimetrias entre estudantes; deve-se buscar estratégias de manutenção das interações que promovam a produção de conhecimento sobre a realidade, sem amplificar o cenário de desigualdade no acesso ao conhecimento escolar, incentivando a relação família-escola, sem sobrecarregar familiares ou fomentar ingerências de uma parte em relação à outra (nem homeschooling, nem família como auxiliar de classe), sem fomentar interesses de ataque à política pública educacional; as soluções educacionais devem considerar ainda as desigualdades em relação ao nível de escolaridades das/os mães/pais ou responsáveis, a limitação da quantidade de equipamentos nas famílias e os horários e tempo necessário para a realização das atividades;

é essencial que estudantes e professores sejam ouvidos e tenham suas opiniões consideradas, junto a especialistas, para construção de soluções relacionadas à educação em contexto de pandemia.” Petry disse que vão tratar dessas orientações na reunião com a Secretaria de Educação e a Gered. A conselheira Claudia disse que sua formação é em educação, e se prontificou a participar dessa reunião. O Presidente disse que, além disso, o tema também deverá ser tratado na Câmara Setorial de Políticas Públicas, e Claudia se prontificou a repassar a eles o resultado dessa reunião. A conselheira Claudia disse ainda que há grande estresse também entre os professores, que não estão preparados para ministrar aulas online, e Petry ressaltou que isso tudo é novo para todo mundo. Tem professor que passa o fim de semana preparando suas aulas, não tem hora pra nada, o trabalho invadiu o espaço privado de todas as pessoas, é um período atípico, de pandemia, e precisamos pensar nisso de forma serena e ajudar na gestão, não culpar, mas buscar soluções. O Presidente Deyvid teceu comentário histórico sobre os casos de Apoia, que, antigamente, os formulário impressos chegavam com atraso de até sete meses, principalmente os que vinham do Estado, e quando se tentava recuperar o adolescente, ele já estava tanto tempo afastado da escola que era ainda mais difícil trazê-lo de volta para a sala de aula. Antes, então, tínhamos o atraso. Hoje temos o excesso, porque a sociedade é dinâmica, e precisamos resgatar e entender esse novo contexto social. O Presidente parabenizou aos três conselhos tutelares pela apresentação, e passou ao próximo item da ordem do dia, **6) Momento dos Conselhos Tutelares.** O Presidente solicitou que fosse apresentada a Nova Metodologia de Atendimento dos Conselhos Tutelares, enviada ao CMDCA por meio do ofício 18/2020 - CTs 1, 2, 3). Petry explicou que o Conselho Tutelar chamou a Vigilância Sanitária no local, para receber todas as orientações, e começaram a atender às famílias. Na recepção pode haver até seis pessoas. Se houver mais do que isso, as pessoas receberão uma senha e deverão aguardar do lado de fora. Cada conselheiro tutelar pode chamar uma família por semana. Como somos quinze conselheiros tutelares, com horário agendado. Ele disse que sempre dão preferência para atender às famílias na casa delas, e caso se constate que isso não é possível, a família é notificada para vir até o Conselho Tutelar. Todos os dias os conselheiros saem para verificar os casos mais urgentes, como os casos de violência física, que são verificados na hora. Dessa forma foi possível equacionar os trabalhos para que não tenha muita gente para atendimento na sede do Conselho Tutelar. Também é possível a pessoa ligar para o Conselho Tutelar e fazer o seu agendamento. Tem uma planilha e a recepção ou o conselheiro tutelar vão fazer esse agendamento, conforme a região. Como os ônibus começaram a circular há pouco tempo, tinha pouca gente, mas agora começa a aumentar o número de pessoas que vão até o Conselho Tutelar, para fazer uma denúncia, para receber uma orientação, para receber um atendimento. Então, tem álcool gel, em todas as salas há uma faixa limitando a aproximação em um metro e meio das mesas, para poder atender, disse Petry. Se for necessário, tem máscaras para uso das pessoas que vierem sem, mas a maioria das pessoas tem vindo com máscara. E quando uma família é notificada, se considerarmos desnecessário que venha toda a família, é solicitado que venha o menor número de pessoas. O horário dos conselheiros é das oito às dezoito horas, e os atendimentos são marcados a partir de oito e meia até às cinco e meia da tarde. Fora esse horário existe o plantão. Administrativamente, se justifica o expediente das sete às 19 horas porque justamente nesse período que a gente tem, às vezes, dificuldade com os motoristas. Para o motorista que está de plantão, se acontece alguma situação, já pode pegar o carro com o motorista que está na sede. O mesmo acontece no final da tarde, porque antes tínhamos motorista até às dezoito horas, mas o plantão só começava às dezenove. Agora temos motorista até às dezenove horas, o que resolveu essa situação. E todos os dias, ao meio dia e meia, é feito o colegiado, como já era feito antes. A conselheira tutelar Priscila Luz comentou sobre a questão do atendimento, e disse que a demanda da porta está aumentando. Nesse mesmo horário da reunião, ela atendeu um agendamento, mas já tem três demandas de porta para atender também. Cada vez vai aumentar mais, mesmo com todos os cuidados de higienização, ela disse que parece que a loucura está voltando. Ela explicou que os casos de violência sexual e violência física não tem como atender nas casas, é necessário que venham até o CT, e todos os outros casos tentam atender nas casas. Voltando sobre os casos do Apoia, a conselheira Mariane Dias, da Secretaria da Educação, informou que, nos casos em que as famílias não vão na escola buscar as atividades, desde 18/05/2020 a Secretaria de Educação está tentando ajudar as escolas públicas; disponibilizaram um link para que as escolas informem o que fizeram até o momento para buscar cada aluno, e a SED entra com a busca ativa dos alunos que a escola não conseguiu contato e que não foram buscar as atividades, reportando depois, à escola, as informações que conseguiram obter nessa busca. Mariana exemplificou que, numa escola de mais de mil alunos, trinta não foram buscar as atividades e que ela mesma, na busca desses trinta, conseguiu contato com quatorze, que foram, então, buscar as atividades. Talvez por entender que a SED é um órgão acima da escola, com essa pressão eles acabam indo buscar. E isso é feito no caso dos CEIs também. E os casos que a SED não conseguir solucionar serão encaminhados ao Conselho Tutelar. Mariana comprometeu-se em enviar ao CT e ao CMDCA os números resultantes dessa força tarefa da SED para ajudar as escolas. Petry

disse que na reunião com a SED e a Gered eles vão tratar desse assunto, entender o que está sendo feito e combinar os procedimentos. Antes de dar continuidade à pauta, o Presidente apresentou aos conselheiros a senhora Cristina Amaral Nogueira, que a partir de primeiro de junho passou a integrar a Secretaria Executiva do CMDCA como responsável técnica, em substituição à Juçara Berta Santana. Deyvid também apresentou Rogério Gonçalves, agente administrativo. O Presidente disse que na última reunião não se sabia da saída da técnica Juçara, e que em momento mais propício convidará Juçara para fazermos a despedida dela, e agradecer pelos quatro anos à frente do CMDCA. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente falou que, no ato da convocação, foi encaminhado aos conselheiros a 7) Nota Pública sobre o dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, do Conanda, que é no dia 12 de junho de cada ano. A nota destacou esse assunto durante a pandemia, que pode gerar – e já gerou – uma crise de empregabilidade. O texto é interessante e traz dados importantes, e o Presidente destacou a importância de que todos os conselheiros leiam a Carta 47/2020 do Conanda. Em seguida, o Presidente disse que faltou, na convocação, a leitura dos documentos, e que iria ler o que ficou pendente. Assim sendo, informou que a Vara da Família de Brusque fez uma solicitação para o CMDCA solicitando atendimento, no prazo de quinze dias, de uma criança. Como o assunto é de competência do Conselho Tutelar, o Presidente respondeu a referida Vara com o endereço, os e-mails e telefones dos Conselho Tutelares, que encaminhou a demanda ao CT. Petry disse que verificará esse caso. O Presidente apresentou o Cenário do Acolhimento de Crianças e Adolescentes de Joinville, atualizado no dia 11/06/2020, que registra 114 acolhidos e 15 vagas na rede de acolhimento. Lembrando que o IPZ já encerrou as atividades e quem está atuando agora é a Fundação 12 de Outubro. O presidente informou também que tem chegado algumas pesquisas sobre a rede de acolhimento, com prazo de preenchimento até o dia trinta de junho. Além disso, também há divulgação de eventos online, lives, que serão enviados por e-mail ou pelo aplicativo Whatsapp. Dando sequência à ordem do dia, 8) Momento das Câmaras Setoriais, o Presidente passou a palavra para a 8.1) Câmara de Normas e Registros. A conselheira Cibele informou que há duas entidades para aprovar: a Renascer, que a Câmara aprovou a atualização de registro e inscrição; e do CAPSi-J, o Projeto Cuca Legal foi aprovado para inscrição. Em votação, o Plenário aprovou os dois itens, por unanimidade. Em seguida, o Presidente perguntou sobre as questões que envolvem o CASEP e o CASE, e Cibele disse que a Câmara tem visita agendada no CASE e no CASEP no dia 23/06/2020. O Presidente abriu a palavra à conselheira tutelar Priscila Luz para falar sobre o assunto. Ela disse que o CT recebeu denúncia e foram verificar. Conversaram com todos os adolescentes, individualmente. Eles apresentaram marcas no corpo e disseram que as agressões foram feitas pelo DEASE. Apenas dois do PCC não apanharam, os demais são PGC. E um, que disse que não apanhou, foi porque um dos agentes do DEASE era vizinho dele. Em seguida foi aplicada advertência ao CASEP, na pessoa da Coordenadora. Deyvid perguntou se essa situação ocorreu no CASEP, e foi decorrente de uma tentativa de fuga, e Priscila disse que sim, e que poderia ter acontecido algo pior, porque um adolescente fez um espeto, mas quando percebeu que poderia realmente furar alguém com aquilo largou no chão. Eles ficaram pelados, de joelhos. Deyvid esclareceu que o CASEP é tocado por uma instituição privada, e se a ação foi feita pelo DEASE, a Conselheira Tutelar esclareceu que sim, pelos agentes socioeducativos que foram lá para buscar os adolescentes para transferência ao CASE. Priscila disse que não tinham essa informação quando foram lá, pois a denúncia só dizia que houve uma represália e que os adolescentes estavam machucados. O CT já enviou ofício à Corregedoria do DEASE, conforme solicitado pelo Diretor do DEASE. Priscila disse que já fizeram uma chamada de vídeo para conversar e explicar o ocorrido, porque o Diretor não sabia o que tinha acontecido, só sabia que o CT tinha estado lá. Deyvid pediu que o CT envie a cópia do protocolo do documento enviado à Corregedoria. Essa documentação será enviada ao Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública, disse Priscila. Em seguida Deyvid passou a palavra à 8.2) Câmara de Políticas Básicas. Inicialmente, a conselheira Patrícia perguntou se as escolinhas de futebol atuantes em Joinville possuem registro no CMDCA, pois no Simpósio Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, que está tratando da Erradicação do Trabalho Infantil, foi falado sobre a necessidade desse registro. O Presidente Deyvid respondeu que provavelmente não tem registro, excetuando-se, talvez, os meninos do JEC. Cibele confirmou que é só do JEC, sim, mas que também está com pendência na documentação. O Presidente perguntou se alguém de outra câmara tem algo a falar, além da conselheira Patrícia, e informou que se ausentaria da reunião a partir desse momento, por ter outra reunião nesse horário, deixando a condução da reunião, a partir desse momento, sob os cuidados da Secretária do CMDCA, Patrícia Rathunde Santos. Antecipando o item 8.4 da pauta, a conselheira Claudia Mary Dreher, da Câmara do FIA, falou sobre o Edital do Itaú. Ela informou que a Associação de Voluntários do Hospital Darcy Vargas foi a única instituição que entrou em contato com a Câmara do FIA para ver a possibilidade de inscrever um projeto no Edital do Itaú. A Câmara de Normas e Registros precisa ver se essa entidade está legal, com toda a documentação atualizada, relatórios, documentos etc, e depois a Câmara do Fia deve analisar e aprovar o

Projeto para ser apresentado no Edital do Itaú. A conselheira Cibele, da Câmara de Normas e Registros, disse acreditar que está em dia, sim, mas a Secretaria Executiva do CMDCA deverá verificar essa informação. A conselheira Claudia agradeceu e pediu escusas por também ter que se ausentar da reunião a partir desse momento. Dando continuidade à ordem do dia, como a **8.3) Câmara Setorial de Articulação c/ CT** não se manifestou, Patrícia passou a palavra à **8.5) Câmara Setorial de Formação Continuada**. O conselheiro Nilson Vanderlei Weirich disse que essa câmara foi, provavelmente, a mais prejudicada, pois todos os eventos ficaram inviáveis por conta da pandemia. É provável, disse ele, que se termine esta gestão do CMDCA sem poder fazer mais nenhum evento da Escola da Rede, infelizmente. Alguns conselheiros sugeriram a possibilidade de se fazer o evento online, e Nilson disse que talvez seja possível, mas considerando o aumento da dificuldade no trabalho, por conta da pandemia, a Câmara não tem conseguido dar continuidade a isso, e como se aproxima o final da gestão ele disse que talvez seja muito difícil conseguir fazer alguma coisa nesse sentido. De qualquer forma, Nilson disse que iria verificar essa possibilidade. A conselheira Magali disse que seria muito interessante tratar da questão que as escolas e alunos estão tendo e falar sobre isso. A conselheira Patrícia disse que a problemática que o conselheiro tutelar Petry levantou, as dificuldades que os pais estão tendo, a dificuldade de ensinar as crianças, as questões emocionais, de relacionamento, dentre outros, são todos tópicos que poderiam ser abordados em eventos da Formação Continuada específica para a esse período de pandemia, trazendo psicólogos, gente que possa contribuir nessa área. Petry disse que a ideia é muito boa, mas pediu que seja feito somente a partir de agosto, porque está havendo muitas capacitações online agora – tivemos uma de vinte dias ininterruptos, sobre abuso sexual, e agora estamos tendo uma de dez dias, sobre o trabalho infantil. Nilson disse que há uma enorme demanda virtual, que tudo acontece dessa forma, reuniões, capacitações etc. Disse que talvez seja possível fazer, para julho, algum evento menor, e em agosto um maior, porque demandaria mais tempo de preparação. A conselheira tutelar Priscila também disse que participou e está participando dessas capacitações, que são esgotantes, porém maravilhoso o que se aprende. Patrícia também disse que participou dessas capacitações do Simpósio Nacional, e também está cansada, mas lembrou que nem todos estão participando. Os pais, certamente, não estão. E eles estão precisando de ajuda, e é agora. Seria interessante, disse, se pudesse ser feito algo em horário diferente, no período matutino, por exemplo, bem cedo, para ajudar a nortear as ações das famílias nesse tempo. Ficou a ideia e a Câmara de Formação Continuada irá verificar essa possibilidade, disse Nilson. A intérprete de Libras, em nome do conselheiro Thiago, perguntou sobre o retorno do ofício enviado às escolas, e a conselheira Patrícia informou que até o momento a Câmara de Políticas Básicas não recebeu a resposta que estão aguardando. Petry informou que vai comentar sobre esse caso também na reunião de hoje com a Secretaria de Educação. Ato contínuo, como não houve manifestação da **8.6) Câmara Setorial de Legislação** nem da **8.7) Câmara Setorial da Criança e do Adolescente**, a conselheira Patrícia Rathunde Santos, finalizando a parte da Câmara de Políticas Básicas, a pedido do Presidente Deyvid, apresentou um resumo da publicação “Bons Conselhos – Conceitos e Práticas de Gestão de Conselhos Municipais da Criança e Adolescente, editado em Campinas, SP, em 2019. O caderno trata de um estudo comparativo entre quatro cidades tidas como base, e desse comparativo se extraiu as melhores práticas e recomendações para CMDCA. Trata-se de um caderno com 103 páginas, publicado pelo Programa Cidadania Ativa, da Fundação FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas para a promoção humana com prioridade à criança e ao adolescente). O Objetivo do Programa é o “incentivo e qualificação da participação nos espaços de controle social das políticas públicas”, e o desafio da publicação é “propor modelos eficientes de gestão que ampliem os resultados dos conselhos no impacto na garantia e defesa dos direitos.” A publicação está disponível no site da FEAC, https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2020/01/CMDA- bons_conselhos.pdf, e a apresentação será enviada a todos os conselheiros, por e-mail. Ao final da apresentação, Patrícia abriu a palavra aos presentes e, como não houve manifestações, e nada mais a tratar, às onze horas e vinte e seis minutos Patrícia deu por encerrada a reunião. Registramos a participação dos membros do CMDCA **Representantes governamentais:** Ana Damaris Tomelin Andryeak, Claudia Guarezi, Deyvid Inácio Espíndola Luz, Eliene de Jesus Figueiredo Souto Meyer Moro, Jean Carlos de Oliveira Tomasi, Mariane Dias, Nádia Mascarello e Patrícia Rathunde Santos; dos **Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Cibele Kariny de Laras Alves Ribeiro Pinto, Claudia Mary Dreher, Magali Van Vessen, Nilson Vanderlei Weirich e Thiago Antônio Fagundes de Oliveira. **Justificaram** ausência as conselheiras Elisabete da Silva Dias, Evelise Maria Junkes Buzzi, Jacira Elaine da Cunha Tavares e Mônica Cristina Romminger. Do **Conselho Tutelar 1**, participaram os conselheiros Cristóvão Petry e Priscila Gonzaga Espíndola Luz; Do **Conselho Tutelar 2** participaram as conselheiras Cristiana Mendes Fernandes Schmoeller e Leoni de Fátima Miranda do Nascimento. A conselheira tutelar Patrícia Ribeiro justificou ausência; Do **Conselho Tutelar 3** participaram os conselheiros, Elton Hildebrand e Willians Odia. A conselheira tutelar Claudine Schatzmann Alves

justificou ausência. Registramos também a participação de Camila Cristina de Sá Becker, Assessora da Doutora Elaine Rita Auerbach, Promotora de Justiça da 17ª Promotoria de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina; Cássia Fernandes Gomides, da Associação de Ensino Social Profissionalizante, Espro; Daura Terezinha Correia, da SAS; Janaína Barbosa; Márcia Cristina Bizoto Sossai, Gestora Social da LBV e Muriel Simoni da Silva, Assistente Social da LBV. Esta reunião contou com a colaboração da senhora Neusa Boldt, intérprete de Libras e com o apoio da Secretaria Executiva do CMDCA, Cristina Amaral Nogueira e Rogério Gonçalves. Eu, Patrícia Rathunde, Secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, lavrei esta ata que, após aprovada pelos conselheiros do CMDCA, será inserida no Sistema Eletrônico de Informações da Prefeitura de Joinville, SEI, assinada eletronicamente pelo Presidente e por mim, e disponibilizada no *site* da Prefeitura de Joinville. Joinville, dezoito de junho de dois mil e vinte.

Deyvid Inácio Espindola Luz

Presidente do CMDCA

Patrícia Rathunde Santos

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Rathunde Santos, Usuário Externo**, em 07/07/2020, às 10:33, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Deyvid Inácio Espindola Luz, Usuário Externo**, em 08/07/2020, às 09:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **6638965** e o código CRC **F5348C67**.

Rua Presidente Afonso Penna, 840 - Bairro Bucarein - CEP 89 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

20.0.097829-5

6638965v2

6638965v2